

## **Ações afirmativas na CBHb: a criação e o desenvolvimento do Comitê de Políticas para as Mulheres no Handebol**

Tathiane Krahenbühl<sup>1\*</sup>; Juliana Fagundes Jacó<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação Física e Dança, Laboratório de Estudos e Pesquisa em Pedagogia do Esporte (Esportelab/FEFD/UFG).

<sup>2</sup> Instituto Federal de São Paulo (IFSP).

\*Autor correspondente: [tathy04n@gmail.com](mailto:tathy04n@gmail.com)

### **Resumo**

Por muito tempo as mulheres foram impedidas de praticar esportes, pois socialmente o campo esportivo apresentou muitas ideias e conceitos que impediram e afastaram as mulheres. Felizmente esse cenário vem se alterando e, apesar de todas as dificuldades encontradas para que meninas se interessem em praticar as mais diversas modalidades esportivas, elas são cada vez mais presentes e ganhando destaques como atletas. Infelizmente, essa não é a realidade quando se trata de cargos de liderança tais como treinadoras esportivas e auxiliares técnicas, gestoras e árbitras. Por isso, existem movimentos que visam apoiar a atuação das mulheres no campo esportivo, como a criação do Comitê de Políticas para as Mulheres no Handebol (CPMHb) pela Confederação Brasileira de Handebol (CBHb). O objetivo desse artigo é apresentar o CPMHb a partir das concepções das integrantes pioneiras bem como os principais objetivos, finalidades e propostas iniciais do comitê. Para isso foi realizada uma entrevista semiestruturada com cinco integrantes do grupo de mulheres que estão à frente na criação desse comitê e, utilizando-se da análise temática, este artigo apresenta o comitê a partir de categorias que versam sobre a iniciativa de criação, as finalidades, a composição, as propostas já realizadas e planejadas, expectativas de mudanças no cenário do handebol em relação às mulheres e divulgação do comitê.

**Palavras-chave:** Mulheres, Empoderamento, Gestão, Políticas Públicas.

### **Introdução**

“O menino aprende cedo que, para obter essa estima adulta, não precisa de, diretamente, tentar agradar-lhes. Ele deve ser forte, independente, aventureiro. Mas a menina é encorajada pelos pais, professores e amigos, por toda a gente, a desenvolver os seus poderes de sedução, a ser gentil, bem vestida, amável. Estas exigências impedem-na de usufruir espontaneamente, como o rapaz, o gosto pelos prazeres do jogo, do desporto, da camaradagem”. (SIMONE DE BEAUVOIR, 2018, p. 56).

O pequeno trecho transcrito do texto intitulado “Feminilidade: uma armadilha”, de autoria de Simone de Beauvoir (2018) foi escolhido para nos ajudar a refletir sobre uma

das inúmeras razões pelas quais as mulheres ainda são minoria na esfera esportiva. A relevância desse trecho para nossa reflexão é que ele enfatiza a perspectiva de que gostos, interesses, comportamentos tidos como masculinos e femininos são educados.

Essa educação se dá atrelada a cultura em que estão inseridos os sujeitos e influência em como homens e mulheres, pautados em concepções binárias do feminino e masculino, compreendem e significam as práticas esportivas em suas vidas. Essa diferenciação se dá a tal ponto que ainda hoje as mulheres se envolvem menos do que os homens nos esportes, seja na prática de lazer, educacional, profissional, na função de atleta, praticante, gestora, treinadora ou até mesmo árbitras. No entanto, se tais características são constituídas por diferentes processos educativos em diferentes contextos (escola, família, sociedade, mídia, etc.), são possíveis de ser transformados.

De fato, ao longo das últimas décadas vem ocorrendo o aumento no quantitativo de mulheres atletas que participam dos grandes eventos esportivos, a exemplo, temos nas últimas edições dos Jogos Olímpicos, no Rio de Janeiro (2016) e em Tóquio (2021), as mulheres representando o total de 45% e 48,8% do total de atletas, respectivamente, com a perspectiva de igualdade para Paris em 2024 (COI, 2021; FUENTES, 2021).

Apesar de todas as dificuldades encontradas para que meninas se interessam em praticar as mais diversas modalidades, sejam devido ao preconceito, a falta de representatividade, a própria concepção social do que é feminino e masculino, elas são cada vez mais presentes como atletas, no entanto, esse aumento não reflete diretamente na proporção de mulheres atuando em cargos de liderança no esporte. Ou seja, mesmo com o aumento gradativo observado no número de mulheres atletas, não é notado esse mesmo cenário quando se trata de cargos de liderança no meio esportivo. As mulheres ainda são minoria em cargos de liderança e comando, tais como treinadoras esportivas e auxiliares técnicas em diferentes modalidades esportivas (FERREIRA; SALLES; MOURÃO, 2015; PASSERO et al., 2020), inclusive no Handebol (SILVA; JACÓ; KRAHENBÜHL, 2021), assim como nos cargos de liderança nas instituições esportivas (ACOSTA; CARPENTER, 2012; BURTON, 2015; WALKER; BOPP; SAGAS, 2011).

Essa predominância de homens em cargos de liderança esportiva está, assim como Simone de Beauvoir marca em nossa epígrafe, atrelada à diferenciação do feminino e do masculino, aos lugares sociais que estão “reservados” a homens e mulheres. E essa

diferenciação também está atrelada a opressão ideológica histórica vivida pelas mulheres, opressão que é pautada na divisão de papéis sexuais entre os gêneros feminino e masculino, sempre amparada em aspectos anatômicos e biológicos e que colocam a mulher em lugares associados a uma natural fragilidade e inaptidão para as práticas esportivas ou emocionalmente incapazes para liderar em funções de grande responsabilidade.

Sendo assim, apesar dos avanços em relação ao acesso de mulheres nas práticas esportivas, é legítimo considerar que ainda há necessidade de muita luta e de reparação histórica para que as mulheres atinjam a legitimidade e igualdade em um campo hegemonicamente masculino desde sua origem, isso porque, se pensarmos no contexto do esporte moderno, compreenderemos que trata-se de um fenômeno inventado e que, socialmente, foi pensando apenas para os homens e, somente eles, eram considerados aptos para a prática esportiva (STIGGER, 2005), inclusive, não qualquer homem, mas os brancos das elites burguesas. Foi, inclusive, pautada nessa ideologia que na primeira edição dos Jogos Olímpicos modernos não foi permitida a participação das mulheres (DEVIDE, 2005), e até a década de 1970 no Brasil as mulheres foram legalmente impedidas de praticar diversas modalidades esportivas consideradas inadequadas a sua condição física de fragilidade e maternidade (BRASIL, 1941).

Atualmente as mulheres não são impedidas, pelo menos não legalmente, de praticar esportes e de exercer a função de treinadoras, gestoras e árbitras. No entanto, há uma grande dificuldade para que as mulheres alcancem ou vislumbrem (vejam que é possível ou até mesmo “queiram”) esses cargos devido a barreiras internas, externas, visíveis e invisíveis que dão origem ao conceito do “teto de vidro” (KILTY, 2006).

Podemos citar alguns exemplos dessas barreiras, tais como a dificuldade em relacionar família e trabalho (o conflito entre a vida pessoal e profissional), uma necessidade maior de provar a sua capacidade e competência, investimento financeiro baixo em estrutura, mídia e preparo de mulheres para assumirem esses cargos, os salários desiguais entre homens e mulheres (baixa remuneração) o que por consequência causam desestímulo e necessidade de outras ocupações para se sustentarem não podendo ter dedicação total ao esporte, a instabilidade do campo esportivo (o que afeta em maior proporção as mulheres), a falta de conhecimento dos motivos da desigualdade de gênero no esporte por parte de gestores e colegas (o que impede ações voltadas para a inserção das

mulheres nesse contexto), o preconceito, a reprodução da contratação homologa que tende a manter o clube dos homens dentro dos meios esportivos (KILTY, 2006; WALKER; BOPP, 2011; FERREIRA et al., 2017).

Uma vez que, pela contratação homologa, os homens “naturalmente” já se ajudam nesse processo de inserção, por exemplo: quando uma equipe precisa contratar um treinador(a) esportivo, provavelmente os primeiros nomes que surgirão serão masculinos. Enfim, essas barreiras vão se estabelecendo como rearranjos de uma estrutura na qual as relações de poder no campo esportivo favorecem a inserção masculina. O cargo está lá, é visivelmente possível que as mulheres o alcancem, mas há tantas barreiras que a metáfora do vidro se torna bastante coerente.

Por isso, há necessidade da inclusão real das mulheres no esporte, “real” no sentido de superar a simples igualdade numérica ou garantida legalmente, uma inclusão que seja constatada no cotidiano social, nas diversas instituições da sociedade, entre elas o trabalho, a educação, a saúde, a família, a religião e, neste caso, no esporte.

A mudança não acontece de um dia para o outro, pois depende das mudanças sociais e históricas. Isso significa que a luta das mulheres pelos espaços de liderança no esporte caminha junto com as mudanças no cenário social como um todo. No entanto, vemos o esporte como um dos possíveis caminhos que geram mudanças nos conceitos sociais vigentes. Isso porque, ao ser interpretado como um fenômeno sociocultural e polissêmico, ou seja com vários sentidos, significados e contextos e de interação “simbiótica” com a sociedade, o esporte apresenta diferentes formas de manifestação de acordo com o meio em que está inserido (STIGGER, 2005). Sendo assim, o esporte sofre transformação a partir das ideologias e manifestações sociais e também transforma a sociedade a partir das suas manifestações. Por isso, o esporte também pode ser um campo de lutas e contestações, sendo influenciado por mudanças na sociedade (DEVIDE, 2005), uma vez que o esporte pode, inclusive, promover a visibilidade de mulheres em espaços sociais não reservados a elas.

Para tanto, deve-se considerar de forma crítica que a presença de mulheres no esporte pode trazer ameaça, mas também complementariedade.

“ameaça porque chama para si a atenção de homens e mulheres, dentro de um universo construído e dominado por valores masculinos e porque põe em perigo algumas características tidas como constitutivas da

sua feminilidade. Complementaridade porque parceira do homem em atitudes e hábitos sociais, cujo exercício simbolizam modo moderno e civilizado de ser”. (GOELLNER, 2006, p.89).

Portanto, ao mesmo tempo que a presença das mulheres nas práticas esportivas pode ameaçar as concepções hegemônicas, apresentando a mulher como um corpo forte, ágil e eficiente, ou ainda, mulheres com capacidade de liderança e comando e que tensionam as estruturas e fronteiras sobre o feminino e masculino, a inserção dessas mulheres também pode reforçar o lugar masculino como o hierarquicamente superior, ao tentar apenas reproduzir os valores e comportamentos masculinos nas mulheres sem ressignificar as práticas concebendo também possibilidades de atuação para formatos diferentes daquelas exercidos por homens. Sendo assim, o acesso de mulheres às práticas esportivas, além de incluir numericamente as mulheres, deve constituir-se de forma que atenda a interesses, necessidades, características de diferentes formas de ser mulher.

Por isso, as instituições esportivas também devem se reconhecer como agentes de mudança, sendo fundamental para romper com os paradigmas e ideologias pré-estabelecidas que inferiorizam o papel da mulher no campo esportivo, dar visibilidade às diferentes formas de ser mulher. Para isso, podemos destacar três esferas específicas que necessitam de ações afirmativas com o intuito de gerar mudanças no cenário atual: a) na organização do esporte, que pode ser dividida na participação das mulheres como atletas e em cargos de liderança como treinadoras e gestoras de clubes, associações e afins; b) na administração em federações, clubes e comitês, com mulheres atuando em cargos de tomada de decisão e c) nas imagens veiculadas pela mídia, adequando a exposição das mulheres ao seu desempenho esportivo e não as características estéticas secundárias (DEVIDE, 2005).

Nesse sentido, tivemos no cenário do handebol, movimentos em prol das mulheres atuantes na modalidade como, por exemplo, a “Rede de Cooperação das Mulheres no Handebol<sup>1</sup>” e o “Handebol por Elas<sup>2</sup>”, e mais especificamente, a Confederação Brasileira de Handebol em sua nova gestão publicou uma portaria (Resolução 003/2021<sup>3</sup>) estabelecendo políticas para a valorização da mulher no handebol brasileiro, tendo no seu

---

<sup>1</sup> [www.instagram.com/mulhernohandebol](https://www.instagram.com/mulhernohandebol) (@mulhernohandebol)

<sup>2</sup> [www.instagram.com/handebolporelas](https://www.instagram.com/handebolporelas) (@handebolporelas)

<sup>3</sup> Disponível em:

<https://sge.cbhb.org.br/uploads/orgaoAnexo/1uCeIKov1pJddCf-hxhyHfcqUDbem2mzR.pdf> Acesso em 22/12/2021.

Artigo 9º a criação do Comitê de Políticas para as Mulheres no Handebol (CPMHb). Com isso, o objetivo desse artigo é apresentar o CPMHb a partir das concepções das integrantes pioneiras bem como os principais objetivos, finalidades e propostas iniciais do comitê.

A partir de um questionário semi-estruturado foram entrevistadas cinco integrantes do CPMHb, que aceitaram participar de uma reunião on-line. O questionário foi composto por seis questões abertas, que versavam sobre a iniciativa de criação, as finalidades, a composição, as propostas já realizadas e planejadas, expectativas de mudanças no cenário do handebol em relação às mulheres e divulgação do comitê.

A reunião foi transcrita, e a análise feita a partir de categorias temáticas, com caráter dedutivo, a qual partiu de um conjunto preestabelecido de temas definidos anteriormente (SOUZA, 2019). Também foram analisados os documentos oficiais da CBHb que se referem ao comitê, tal como a Resolução 003/2021 – que estabelece políticas de valorização da mulher no handebol brasileiro e no âmbito da CBHb e o regimento interno do CPMHb.

A seguir, vamos apresentar o CPMHb a partir das categorias temáticas propostas para a finalidade deste artigo.

### **Como surgiu o CPMHb**

De acordo com as integrantes, muitas mulheres já sofreram e sofrem com episódios machistas dentro do esporte, e no handebol não é diferente, por isso, formar um comitê para as mulheres fez-se importante no atual cenário. Contudo, a iniciativa de formação do comitê surgiu da própria CBHb, que o instituiu na Resolução 003/2021, no Artigo 9º.

Assim,

Art. 9ª. Fica criado no âmbito da CBHb, de natureza permanente, o Comitê de Políticas para as Mulheres no Handebol, o qual deverá sugerir a adoção de políticas visando a ampliação da participação da mulher no handebol e na Confederação, além de acompanhar a sua implementação.

O comitê é fruto da iniciativa do presidente da CBHb, o qual procurou uma de suas diretoras e fez a proposta para que ela entrasse em contato com as primeiras mulheres que trabalharam na formação do mesmo e na elaboração do regimento interno que determina as finalidades, competências, composição e estrutura do comitê. Essas mulheres foram inicialmente contatadas por meio da rede de cooperação das mulheres no handebol, e

também por contatos entre as diversas profissionais que atuam em diferentes regiões do Brasil.

No entendimento das integrantes do comitê, a escolha das participantes foi bem direcionada, pois obteve bastante diversidade e especificidade, conseguindo colocar pessoas competentes e referências em cada área.

### **Finalidades do Comitê**

A partir das falas das integrantes, várias finalidades e objetivos foram apontados como foco da formação do comitê. A primeira finalidade está relacionada ao empoderamento e visibilidade das mulheres na modalidade. Ter ações na prática que permitam que esse empoderamento não fique no discurso apenas, que as mulheres e os direitos delas sejam efetivamente respeitados.

Isso se consegue a partir de um equilíbrio entre os direitos e deveres entre homens e mulheres, conscientizando que vivemos em uma sociedade patriarcal, em uma cultura de lideranças masculinas, mas que atualmente há uma abertura para que transformações sociais aconteçam nesse cenário. Nesse sentido, também foi mencionada a importância do protagonismo da mulher nas diversas esferas, incluindo nos cargos “que dão ordens” e não apenas nos que “recebem ordens”, e a necessidade de aumentar o quantitativo de mulheres em cargos hierárquicamente mais importantes dentro da própria confederação e nos clubes. Também foi ressaltada a capacitação das mulheres nas diversas áreas de atuação dentro do handebol, nas suas competências profissionais, sociais, emocionais. Logo, uma função fundamental apontada para o comitê é o acesso ao conhecimento, a partir de palestras e cursos, a fim de aprimorar o conhecimento e a capacidade profissional e técnica das mulheres atuantes na modalidade.

Apontaram a necessidade de dar oportunidades para as mulheres dos mais diversos estados brasileiros, verificar as especificidades de cada região para promover o handebol feminino no país e tentar melhorar as formas de acesso e as oportunidades na modalidade. Com isso, o comitê vem no sentido de ser uma rede de apoio para as atletas, professoras, técnicas, árbitras, médicas e demais profissionais que atuam no handebol.

Para isso, as integrantes mencionaram a necessidade de organização entre as próprias mulheres com o objetivo de aumentar as possibilidades e os espaços para ocupação, nesse sentido, na visão de uma das integrantes:

"Então temos poucos espaços e muitas competem entre si, e não chegamos em lugar nenhum assim, não são somente as meninas, mas as meninas pelo fato de ter menos oportunidade elas competem mais, sendo em um ambiente de arbitragem elas brigam por uma escala, brigam por aquele espaço. E se tivermos uma organização melhor dos nossos trabalhos, conseguimos proporcionar que existam mais trabalhos, então para mim o Comitê ele não vem na busca de dividir espaço com os meninos, ele vem para que nós nos organizemos, para que nós criemos essas oportunidades, que a gente dê esses acessos."

Por fim, mas não menos importante, também faz parte das ações do comitê conscientizar e denunciar os assédios e os diversos tipos de violência que as mulheres sofrem no campo esportivo.

As falas das integrantes refletem as finalidades descritas no regimento interno, que determina que o comitê tenha natureza consultiva e deliberativa sobre políticas para as mulheres dentro da CBHb, e que tem por objetivo promover a eliminação de todas as formas de discriminação e opressão, comprometendo-se com a igualdade e equidade de gênero nos diversos setores da entidade.

### **A composição**

O comitê é composto exclusivamente por mulheres, que são incluídas por meio da aceitação do convite. Oficialmente é o presidente da confederação quem nomeia as integrantes, mas até o momento, os convites foram feitos por indicação das próprias participantes do comitê. Inicialmente divulgou-se a iniciativa e muitas mulheres se dispuseram a ajudar, e a partir do primeiro grupo foram sendo convidadas outras mulheres para compor as diversas áreas representativas do comitê.

Pelos documentos oficiais os cargos a serem ocupados são: diretora geral, coordenadora geral e representante nacional 'das regiões' seguidas das representantes das comissões: de arbitragem, área científica, área da saúde, atletas e paratletas, dirigentes, gestão técnica e executiva, iniciação ao handebol, e representantes das seis regiões do Brasil, conforme divisão proposta pela CBHb.

As nomeações para cada cargo foram realizadas a partir dos interesses das integrantes e das experiências profissionais serem mais alinhadas com uma determinada



área de atuação. Contudo, segundo as integrantes essa divisão de responsabilidades é a fim de organizar as ações do comitê, mas o trabalho é coletivo, realizado em equipe, assim todas atuam em conjunto nas decisões, planejamentos e execuções dentro do CPMHb.

Importante ressaltar a diversidade das integrantes em relação à área de atuação (iniciação, gestão, arbitragem, atletas, entre outras) e também no alcance das regiões brasileiras, com o cuidado de não ter representantes apenas dos estados do sul e sudeste do país.

### **Propostas Iniciais**

No momento que a entrevista foi realizada, o comitê estava em fase final de organização. Segundo as entrevistadas, o comitê vem planejando várias ações que envolvem a realização de palestras, capacitações, criação de cartilhas, assistências para aqueles que necessitarem tanto da parte psicológica como jurídica. Essas ações e materiais têm como objetivo inicial criar uma conscientização na comunidade do handebol em relação aos direitos e ao empoderamento das mulheres.

Inicialmente, o primeiro passo do CPMHb foi apresentar-se, ou seja, fazer o lançamento oficial tanto para os membros da diretoria da confederação quanto para as federações estaduais.

Como ação já desenvolvida, teve a ocorrência no Campeonato Brasileiro Júnior Feminino, em que dois árbitros que estavam escalados na competição, mas que não estavam atuando em um dos jogos fizeram comentários machistas e desrespeitosos de atletas que estavam jogando, e isso foi gravado por uma canal de rede social. O comitê atuou junto a CBHb para apurar o ocorrido, posicionou-se contra os atos dos árbitros e como consequência, eles foram afastados das atividades da CBHb e responderam processo junto ao tribunal de justiça desportiva.

Outras ações já desenvolvidas foram palestras com psicólogas nos Campeonatos Brasileiros Adulto, Juvenil, Infantil e na Liga Nacional, no naipe feminino, em que o comitê foi apresentado para atletas e comissões técnicas e, em conjunto, foram realizadas palestras com temas referentes ao assédio e desafios das mulheres no esporte.

Como ações de planejamento, estão as propostas de criação das redes sociais e do canal de comunicação das mulheres da comunidade do handebol com o comitê, como a

elaboração de um formulário para denunciar abusos e outros diversos assuntos relacionados.

Também há propostas de realizar ações estratégicas na base, para fomentar a prática das meninas na modalidade, em conjunto com o PRONAHAND e o Mini-Handebol.

### **Expectativas de mudanças no cenário do handebol em relação às mulheres**

A expectativa da criação do comitê é que ao longo do tempo as mulheres possam se sentir representadas e isso possa fortalecê-las na prática tanto como atletas como profissionais das diversas áreas de atuação dentro do handebol.

Também, a exemplo da primeira ação de denúncia que ocorreu no Campeonato Junior feminino de 2021, atos machistas e misóginos, mesmo os mais “naturalizados”, poderão ocorrer com menor frequência, pois todos os envolvidos com o handebol irão ter conhecimento que há uma rede de apoio vinda do comitê que estará amparando e defendendo as vítimas desses assédios.

Espera-se também maior conscientização, a longo prazo, tanto das mulheres quanto dos homens, e principalmente dos homens que trabalham com as mulheres e com as equipes femininas.

A luta é para melhorar a participação das mulheres, dar mais espaço e melhorar o ambiente esportivo para atuação delas. Em uma das falas das entrevistadas “O que precisamos é dar mais oportunidades para as mulheres, dar mais competência a elas naquilo que têm mais dificuldade, mais medo, naquilo que dá insegurança, é dar mais segurança a elas, dar mais apoio e estamos mais juntos, acredito nisso.”

Há uma frase em tom de brincadeira, mas que reflete a importância e a consequência almejada de uma ação voltada para as mulheres, que é “o Comitê existe hoje para que um dia não precise existir”, ou seja, para que um dia a equidade e igualdade entre homens e mulheres no esporte seja alcançada não só no quantitativo, no número de mulheres atuando, mas também qualitativamente, no inclusão “real” e no respeito.

### **Divulgação do comitê**

A criação do comitê é uma ação pioneira entre as confederações esportivas brasileiras, e por isso, há uma equipe responsável por fazer essa parte de divulgação, que como mencionado nas ações planejadas do comitê, pretendem criar páginas nas redes

sociais, como no instagram e no facebook, além de canais de comunicação na própria página da CBHb, em que as mulheres possam ter acesso ao comitê, possam fazer denúncias, sugerir ações para melhorar o esporte feminino e o espaço esportivo para as mulheres no handebol.

### **Considerações Finais**

O Comitê de Políticas para as Mulheres no Handebol tem sua origem em uma ação interna da gestão da CBHb que, atenta ao contexto social e às lutas das mulheres no campo esportivo, visa minimizar as desigualdades de gênero na comunidade do handebol a partir de ações afirmativas desenvolvidas no âmbito da entidade e das instituições filiadas. Para isso, recorreu à formação de um grupo de mulheres dispostas a voluntariamente trabalhar sobre essas demandas a partir de um planejamento estratégico em diversas áreas, como no alto rendimento, iniciação, handebol de praia, handebol adaptado, nas áreas científica e médica, na arbitragem. O intuito maior é que as mulheres sintam-se representadas e identifiquem situações que possam ser ajustadas ou transformadas para que mais meninas e mulheres interessem pela prática e pela atuação nas mais variadas funções dentro do handebol, minimizando as condições socioculturais de divisão dos papéis de gênero e as inviabilizações impostas pelas barreiras internas, externas, visíveis e invisíveis as quais mulheres estão sujeitas cotidianamente no campo esportivo.

Iniciativas como essa, que possibilitam a criação desse comitê e possibilita representatividade para mulheres no esporte, devem ser encorajadas uma vez que vão além da luta individual de mulheres para conseguirem espaço e representatividade, mas se ancoram também como uma política institucional, aqui representada pela CBHb, que encoraja e cria condições para a existência desse comitê e, com isso, as lutas e reivindicações que virão dele.

No entanto, é importante que esse comitê tenha também força, lugar de fala para as diferentes reivindicações de mulheres e, ainda, encontre terreno para que suas reivindicações sejam escutadas e acolhidas pela CBHb e, de fato, transformações nas desigualdades de gênero sejam superadas. Se isso acontecer veremos as cenas dos próximos capítulos dessa história do Comitê de Políticas para as Mulheres no Handebol!

Mas aqui, registramos nosso entusiasmo por esse tipo de iniciativa e desejamos: “Vida longa ao Comitê!”.

### Referências

ACOSTA, R.V.; CARPENTER, L.J. Women in Intercollegiate Sport: A Longitudinal, National Study. Thirty-Five Year Update, 1977-2012. **Acosta-Carpenter**, 2012.

BEAUVOIR, S. Feminilidade: uma armadilha. In: BAPTISTA, M.M. (Org.) **Gênero e performance: textos essenciais**, vol.1. Grácio Editor, Coimbra, 2018.

BRASIL. Decreto Lei nº3199, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Diário Oficial da União 16 abr.1941.

BURTON, L.J. Underrepresentation of women in sport leadership: A review of research. **Sport management review**, v. 18, n. 2, p. 155-165, 2015.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL (COI). **Women and girls must be participants and leaders in sport recovery plans, says un women**. 2021. Disponível em: <https://www.olympic.org/news/women-and-girls-must-be-participants-and-leaders-in-sport-recovery-plans-says-un-women> Acesso em: 16 jan. 2022.

DEVIDE, F. P. **Gênero e mulheres no esporte: história das mulheres nos jogos olímpicos**. Ijuí: Editora Unijuí. 2005.

FERREIRA, H.J.; SALLES, J.G.C.; MOURÃO, L. Inserção e permanência de mulheres como treinadoras esportivas no Brasil. **Revista da Educação Física/UEM**, v. 26, p. 21-29, 2015.

FERREIRA, H.J., et al. Barriers faced by brazilian female coaches. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 31, n. 2, p. 479-488, 2017.

FUENTES, P. **Jogos Olímpicos de Tóquio 2020 representam um marco na igualdade de gênero**. Jornal da USP – Portal da USP. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/jogos-olimpicos-de-toquio-2021-representam-um-marco-na-igualdade-de-genero/> Acesso em: 16 jan. 2022.

GOELLNER, S.V. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. **Pensar a prática**, vol. 8, n. 1, p. 85-100, 2005.

KILTY, K. Women in coaching. **Sport Psychologist**, v. 20, n. 2, 2006.

PASSERO, J.G.; BARREIRA, J.; TAMASHIRO, L.; SCAGLIA, A.J.; GALATTI, L.R. Futebol de mulheres liderado por homens: uma análise longitudinal dos cargos de comissão técnica e arbitragem. **Movimento**, 26, 2020.

SILVA, L.A.; JACÓ, J.F.; KRAHENBÜHL, T. As (não) convocações de mulheres para cargos de liderança nas comissões técnicas no Handebol brasileiro nos anos de 2014-2020. **Pensar a Prática**, 24, 2021.

SOUZA, L.K.D. (Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 71, n. 2, p. 51-67, 2019.



**BRASIL**

## CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HANDEBOL

Filiada à International Handball Federation  
Confederación Sur Centro Americano de Balonmano  
Comitê Olímpico do Brasil

---

25

STIGGER, M.P. **Educação Física, esporte e diversidade**. Campinas, SP. Autores Associados, 2005.

WALKER, N. A.; BOPP, T. The underrepresentation of women in the male-dominated sport workplace: Perspectives of female coaches. **Journal of Workplace Rights**, v. 15, n. 1, 2011.